

V ENEC - Encontro Nacional de Estudos do Consumo

I Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo

Tendências e ideologias do consumo no mundo contemporâneo

15, 16 e 17 de setembro de 2010 - Rio de Janeiro/RJ

Consumo Em Um Mercado “Informal”: Três Modalidades E Uma Lógica

Douglas de Toledo Piza¹

Resumo

A comunicação traz notas de pesquisa sobre a presença de indivíduos e produtos chineses no comércio popular da região da rua 25 de março, centro de São Paulo. O objetivo é apresentar três modalidades de consumo nesse mercado, engendradas por uma mesma lógica. Essas modalidades são a fruição de tecnologias de informação e comunicação (TIC) pelos migrantes chineses; a compra de produtos informais e ilegais; e a formação de um “mercado” de proteção. Aparentemente, estas três modalidades de consumo não guardam nada em comum. Mas elas têm origens de mesma natureza: são fruto de um novo paradigma de mobilidade. Nos termos de Tarrow, isto significaria maior capacidade que pessoas, produtos, informações, capital, etc., teriam de permear a globalização. Infiltram-se nos fluxos globais. Não por acaso, sua escala e natureza mudam quando o mercado informal, no coração da cidade mais rica da América Latina, se abastece da pujante industrialização chinesa atual. E aí o papel chave dos migrantes. Reflexos do novo paradigma de mobilidade nas esferas social, econômica e política, essas modalidades são manifestações do “saber circulatório” dos comerciantes chineses, sem os quais não se concretiza esse mercado.

Palavras-chave: mundialização por baixo; informalidade; migrante conectado.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (PPGS-FFLCH/USP), sob orientação de Vera da Silva Telles. O autor enquanto bolsista agradece o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Favor contatar pelo email: dtpiza@usp.br

1 – Introdução: um grande entreposto comercial

Quem deixa o Pateo do Collegio, primeira edificação da então vila de São Paulo de Piratininga, rumo ao Mosteiro de São Bento, dois vértices da região triangular que fora a cidade de São Paulo por muito tempo (que se completa com o Largo de São Francisco), logo encontra uma íngreme rua abarrotada de pessoas com sacolas nas mãos, ambulantes com suas barracas ou mesmo produtos no chão e lojas repletas de itens expostos dependurados. Deram-lhe o nome de Ladeira Porto Geral, uma das portas de entrada do comércio popular deste grande entreposto do centro paulistano permeado o mais das vezes por informalidade, cujo nome remete ao serviço hidroportuário da época em que a rua 25 de março ainda era o leito do Rio Anhangabaú, hoje canalizado subterraneamente. Continuando por esta última rua e nas adjacências até a Avenida Senador Queiroz, de um lado, o Parque Dom Pedro, de outro e o Mercado Municipal, adiante, o que se vê é sempre o mesmo cenário. O cardume de pessoas parece errático mas passa com destreza de loja a outra com carrinhos de compra. São pequenas lojas ao lado de grandes atacadistas ou mesmo varejistas, armazéns e depósitos, além da concorrência “da rua”.

Algumas dessas pequenas lojas são de chineses. Empregam alguns brasileiros (nota-se que são os únicos estrangeiros no lugar), e às vezes abrem filiais não muito distante, na região. Ao primeiro olhar, os “empreendedores” chineses que ocupam as lojas com portas para a rua parecem ter se centrado no ramo de bijuterias e acessórios ou seus artigos.

Mas a grande maioria dos comerciantes chineses desse entreposto não se encontra aí, senão nas galerias de comércio. Na região, há ao menos quatro grandes galerias, quais sejam, “Galeria Pagé”, “Galeria Oriente”, “Shopping 25” (duas unidades) e “Shopping Duprat”. Dentro delas, a mesma disposição: andar a andar, são pequenos boxes lado a lado onde cabem não mais do que três pessoas, cuja vitrine é o balcão de vidro e as paredes laterais guardam e expõem os produtos. O mais antigo desses prédios, a Pagé, teve seus doze andares construídos para abrigar vinte lojas cada, que depois se dividiram em vários boxes. Em geral, o proprietário conta com um funcionário chinês ou brasileiro. Às vezes, ele possui duas unidades, a outra a cargo de parente ou sócio.

Babel de produtos, bazar de línguas. Nas galerias há cada vez menos proprietários brasileiros, e os chineses disputam a maioria numérica com os sírio-libaneses e outros nacionais árabes ou muçulmanos. Nas ruas, o número de ambulantes andinos aumenta

dia após dia, geralmente vendendo acessórios como bolsas ou cachecóis. Há ainda lojas de produtos andinos, árabes, indianos, etc. Os chineses das galerias vendem produtos eletrônicos em geral, notadamente celulares e MP3 players, mas também câmeras fotográficas ou videogradores, artigos menores a pilha, acessórios de computação. Nesse tipo de produtos, concorrem com os sírio-libaneses. Vendem também calças jeans e camisetas, o mais das vezes imitações “piratas”, e roupas esportes de tecido sintético. Outros vendem bugigangas variadas, como relógios, presentes, perfumes, etc. Seja por sonegação fiscal, seja por contrabando, seja ainda por pirataria: as chances da venda desses produtos infringirem a lei em algum momento é praticamente total (PINHEIRO-MACHADO, 2008, p. 119).

A região em questão não fica à margem da vida econômica paulistana. Nem pela sua localização seminal, tampouco pela sua natureza, pois é parte imprescindível da economia: são produtos que chegam em grande quantidade pelos canais mais triviais e claros, assim como são revendidos dali para abastecer comércio e indústria de outros cantos (passam pelos portos, rodovias, estações de trem e de metro). É exatamente no centro histórico da cidade, que, a despeito de constituir patrimônio cultural é agiadíssimo pelo comércio e serviços, se consolidou um grande entreposto comercial.

Já ficou claro a essa altura da imersão ao universo empírico em questão a que o leitor é convidado que um dos modos de tratar o comércio informal na cidade de São Paulo é vê-lo de dentro da ebulição econômica do centro municipal, atravessado por redes, circuitos e atravessadores que fazem chegar produtos e os revendem no varejo, local e em pequenas quantidades, mas também a redistribuidores, longínquos e às vezes estrangeiros. Uma história da mundialização contada a partir da região da 25 de março. Não se trata da economia informal correndo paralelamente àquela formal, senão de um processo em que uma e outra são duas faces da mesma moeda (BENTON, CASTELLS & PORTES, 1989; PORTES, 1994), alimentando-se mutuamente: na ausência de uma, a outra não se realiza – suas presenças concomitantes não raro constituem uma espécie de continuum em que informal e formal até mesmo se transformam um no outro ao atravessar fronteiras e jurisdições, limpar ou sujar seu estatuto jurídico ou sua origem incerta (PINHEIRO-MACHADO, 2008; idem, 2009).

Aquilo que sempre se disse estar à margem, descobre-se ser pilar constituinte da economia e comércio, sociedade e sociabilidade, política e atravessamento de poder. Não

se quer dizer com isso que toda a economia, sociedade e política estão invertidos, muito menos que todas essas esferas são constituídas apenas ou mesmo em sua maior parte por elementos informais, fora da forma normal e legalmente aceita: quer-se dizer apenas que a parte informal dessas esferas, por menor que seja, faz-se tão estruturante quanto sua dimensão formal. Formal e informal, o Estado e suas margens, constituem-se um ao outro no mesmo processo (DAS & POOLE, 2004). O lugar do “fora” é dentro, na base, com mesmo estatuto, ainda que escalas diferentes, que o sempre visto como central, formal, legal.

Nessa mesma medida, a escolha estratégica pelos chineses dentre os migrantes internacionais que comercializam na região da rua 25 de março, local conhecido pelo comércio popular (e igualmente pela distribuição atacadista e grandes vendas, revelando a magnitude e diversidade por trás da importância econômica da região) e pela permissividade com relação a práticas econômicas informais, explica-se pela posição destacada que a industrialização chinesa atinge atualmente.

Quanto à presença de chineses na região, percebe-se que aumentou significativamente nas últimas duas décadas². O perfil desses migrantes também se alterou: vêm cada vez mais da China continental, ainda são majoritariamente do sul do país mas de outras províncias além de Guangdong, especialmente de Fujian, Jiangxi e Zhejiang, e não são mais exclusivamente famílias, senão também homens solteiros, grupos de amigos ou parentes distantes³. Já há indícios de que as novas migrações chinesas incluem alta circularidade e de que os circuitos percorridos se fazem segundo a lógica de revenda de produtos de baixo preço importados da China⁴. (ROULLEAU-BERGER, 2007, pp. 11-14)

² Atualmente, calcula-se haver 35 milhões de chineses ultramarinos vivendo em mais de 150 países e as estimativas recentes contabilizam 190 mil chineses no Brasil, 150 mil deles na capital paulista (VERAS, 2009, p. 183; JYE & SHYU, mimeo).

³ Conclusões preliminares com base nas primeiras fases de pesquisa de campo do mestrado. Os dados se somam à pesquisa anterior, entre setembro de 2008 e junho de 2009, sobre o crescimento de igrejas cristãs chinesas em São Paulo e o pertencimento a redes de acolhida.

⁴ Parecem ser muito fortes os termos da colocação de George Ayttey, ganhês, destacado economista da American University de Washington, acerca da mobilidade de produtos e pessoas chineses: *“Africa, too, is a small but useful safety valve for China’s large population. Where Lebanese or Indian merchants long prospered in Africa, Chinese migrant traders are increasingly cornering the markets. From Cape Verde to Madagascar, in the smallest settlement or in thumping Lagos and Kinshasa, Chinatowns are popping up, packed with cheap imported goods from China—plastic buckets, shoes, clothes, household wares. And when Chinese investors build roads and bridges in oil-rich countries, while dishing out big loans, the labour is mostly imported. Such tied foreign aid helps to employ young Chinese abroad.”* (*The economist*, “China-Africa debate”, 15th – 22nd Feb 2010) O ataque que ele desfila contra a presença de chineses atada a investimentos públicos e privados vindos da China não oferece nenhuma prova de uma tal articulação.

Sobre a região, onde a principal atividade é o comércio, evidentemente, há muito a dizer com respeito ao consumo. Como em qualquer mercado, a dimensão do consumo é um lado importante de sua formação e dinâmica. No caso específico de um mercado caracterizado por um sem número de práticas informais, duas dimensões surgem com igual importância. O consumo de um tipo particular, ou melhor, mercado, de produtos, e com ele a valoração dessa especificidade tanto do ponto de vista dos ofertantes quanto dos demandantes. E, também o “consumo” de “mercadorias políticas”, nesse “mercado de proteção”.

Ambas modalidades de consumo vêm impulsionadas pela lógica de mobilidade atual, que embarca pessoas, bens, serviços, investimento, informações, redes, culturas, etc. A globalização em debate, marcada pelo mundo um movimento.

Alem das duas modalidades acima mencionadas, relacionadas à natureza borrada do (in)formal, outra parece ser especialmente explicativa da lógica de mobilidade, qual seja o consumo de artefatos de tecnologia da informação e comunicação.

Tecnologia, artefatos e laços sociais

A migração internacional no estado atual de transnacionalidade dos fenômenos econômicos e de globalização em sentido amplo requer um novo modo de interpretar os migrantes. Talvez sejam dois os pontos principais de um dos caminhos pelos quais se enveredaram os estudos migratórios, qual seja, o transnacionalismo⁵. O primeiro deles,

Contudo, esse comentário obriga a uma reflexão mais abstraída dos contextos imediatamente locais ou do domínio de uma disciplina acadêmica exclusiva (em seu caso, a economia), convidando a buscas por explicações ampliadas para fenômenos aparentemente desconexos (migração, industrialização, crescimento econômico, investimento externo, importação de mão de obra, política externa, etc.), talvez ainda mais pertinente no caso da relação sino-africana, em que não são poucos os que lembram as características da colonização no continente, e na qual tem-se relações bastante obscuras entre governos pouquíssimos transparentes. Essas questões todas serão alvo de reflexão e observação empírica nos meses vindouros, pois revelam, vistos de outra ótica, aquilo que se pode chamar de um modo mais descentralizado, anencéfalo e rizomático, e antes de tudo um modo descritivo de apreender a lógica da mobilidade.

⁵ Pode se tentar classificar os estudos de migração internacional que se alojam na rubrica do transnacionalismo em duas categorias. Uma em que as comunidades transnacionais entre país de destino e de acolhimento possuem vínculos permanentes entre migrantes pendulares e remessas materiais ou simbólicas (econômicas, políticas, sociais e culturais); alguns dos nomes fortes nesse filão, que poderíamos chamar de transnacionalismo binacional, são Alejandro Portes, Nina Glick Schiller, Peggy Levitt e, sob um matiz distinto, Abdelmalek Sayad.

A outra categoria, mais comumente desenvolvida na Europa, e que pode ser chamada de transnacionalismo difuso, identifica locais de pertencimento e redes de atravessamento por uma gama de países pelos quais o migrante passou e pode vir a passar, transformando sua trajetória em algo mais

trata a migração internacional segundo um novo paradigma de mobilidade (o qual será objeto de discussão do último tópico dessa comunicação, a guisa de conclusão). O segundo, refere-se à conceituação e ao vocabulário que ajudam a exprimir as distinções essenciais da nova figura do migrante internacional, retrazendo-a a partir das redes sociais de que são partes; um novo paradigma de conectividade, por assim dizer.

Os estudos recentes sobre as chamadas novas formas migratórias introduzem abordagens que rompem com os paradigmas tradicionais dos estudos de migração pautados pelo problema da “integração” ou “assimilação” nos países de “acolhimento” (PERALVA, 2007, p.16). Alain Tarrius redefine o próprio vocabulário e mesmo os conceitos para dar conta dessa mudança histórica das formas migratórias: migrante [*migrant*], o circulante, aquele que ultrapassa as fronteiras e o regime de sedentarismo, em vez de imigrante [*immigré*], aquele que ao deixar um país, obrigatoriamente, estabelece-se em outro. Ademais, o uso de mediações sócio-técnicas e novas formas de Tecnologia de Informação Comunicação (TICs) revolucionam a noção de espaço e de tempo, de proximidade e duração, e impõem o tempo real a serviço do circulante. Dana Diminescu anuncia, assim, a era do “migrante conectado”, o migrante do século XXI. Antes: migrar e cortar as raízes; agora: circular e manter contato. (DIMINESCU, 2007)

O conceito de migrante conectado de Diminescu sugere a amplitude dessa nova figura migrante. Estando aqui e ali ao mesmo tempo, fazendo-se valer de uma capacidade de comunicar-se, representar-se e movimentar-se potencializada pela tecnologia atual, o migrante conectado rompe com as cisões tradicionais de estrangeiro, imigrante, nômade ou mesmo sedentário, na medida em que forja uma nova cultura de mobilidade e uma nova cultura de vínculos, transformando o regime de fixação definido, durante a modernidade, em termos nacionais. (Ibidem)

O pertencimento múltiplo a territórios distintos bem como a redes diferentes, e a hipermobilidade são marcas peculiares desse novo migrante, conectado aos pontos por onde passou ao mesmo tempo simbólica e concretamente. Samuel⁶, por exemplo, era indicado pelos colegas como coreano, mas se apresentou para mim como chinês: nascido na Coréia do Sul, filho de chineses, alegava não gozar de todos os direitos assegurados a

nômade e seu deslocamento em capacidade de adaptação múltipla. Aqui se chama atenção para Alain Tarrius dentre os diferentes autores que debatem esse transnacionalismo.

⁶ Entrevistas concedidas em 08 de junho e em 10 de novembro de 2009.

coreanos “de sangue” e sofrer discriminação. Deixou a Coréia para morar em Taiwan e nas Filipinas, depois retornou para negociar (com colega seu que tinha amigos em São Paulo) sua vinda ao Paraguai, rumo aos Estados Unidos. Por fim, optou pelo Brasil, que “é o paraíso, não tem barreiras”.

Com efeito, são três os desdobramentos importantes quando se altera o modo de perceber a mobilidade de pessoas na ótica desse transnacionalismo difuso, potencializado pela novas TICs. De um lado, pode-se perceber uma ruptura histórica e o início de uma nova era de migrantes (Idem, 2002, p. 06): não são mais pesquisas como Willian Thomas, Louis Wirth e Willian Foote Whyte e outros estudos de casos que corroboraram a perspectiva de Ernest Park na consolidação de interpretações sobre a realidade urbana, preocupados com a assimilação e segregação de grupos sociais na cidade. Não se trata apenas de uma mudança teórica que passa a descrever diferentemente a realidade senão a transformação do próprio objeto de pesquisa.

De outro lado, as pesquisas sobre imigração tradicionalmente e sobretudo os cânones das ciências sociais em geral admitiam que o deslocamento, a emigração, provocavam rupturas de laços sociais e, nesta medida, os fenômenos migratórios eram objeto de pesquisa quando ofereciam um campo fértil de observação das possibilidades ou não da continuidade da forte sociabilidade e estrutura social da sociedade de origem, ou então campo igualmente fértil para perceber as dimensões de assimilação e integração à sociedade de destino (conseqüentemente do abandono da cultura e sociabilidade antigas). No sentido contrário, o que se tem na era do migrante conectado não são (apenas) as rupturas dos laços, senão uma proliferação de outros tantos, que, como diz Diminescu, *localizam relacionalmente* o migrante. A topografia dos laços que se pode desenhar a partir das trajetórias migrantes implicam a possibilidade de admitir que deslocamentos geram rupturas, mas são de outra natureza e em menor intensidade devido as TICs, e, especialmente, geram também novos laços, com rapidez e facilidade nunca antes experimentados. De fato, mesmo com meios virtuais de comunicação e facilidade de transporte, não se pode esperar que *skype* e *msn* façam milagres; porém, o ponto aqui é menos assinalar as atenuações dessa ruptura que permitir analítica e conceitualmente explorar a ramificação dos novos laços sociais criados com o deslocamento modificado pela tecnologia.

O terceiro desdobramento que podemos crer que esse feixe de estudos proporciona é o mais importante para a discussão que se quer fazer aqui. A característica mais relevante da fruição de artefatos tecnológicos pelos próprios chineses das galerias não é desvelar uma ruptura histórica na era das migrações tampouco permitir analisar uma miríade de laços novos ou a forma e a intenção da sociabilidade nesses contextos, senão a capacidade potencializada de fazer-chegar (LATOUR, 1994) produtos nos pontos nodais dos circuitos comerciais. Ou seja, dos desdobramentos desse registro teórico das migrações internacionais tem-se uma interpretação acerca do consumo de novos artefatos de TICs, particularmente interessado na *fruição* desses produtos e na dinamização que trazem ao mercado da região da rua 25 de março (o consumo desses artefatos ainda se apresenta de outra forma, discutida mais abaixo no próximo tópico, a saber: a *compra* de tais itens no varejo ou para redistribuição).

São as redes que se formam entre os grupos de migrantes (ou entre não-migrantes, a partir da vida circulante paradigmática do novo modo de circulação transnacional) que fazem circular entre seus indivíduos as informações sobre como ou com quem importar produtos, dividir contêineres, procurar itens novos e lançamentos. São também as facilidades de comunicação de nossa era, de sociedade em rede (CASTELLS, 1996), que permitem o contato pouco ou não intermediado entre os proprietários de pequenos *boxes* nas galerias e os exportadores chineses (quando não produtores), em tramas de relações que podem ser familiares, de clientela assídua ou o mais impessoal e puramente comercial o possível. Da mesma forma, são transmitidas informações sobre como circular, onde se alojar, como entrar no mercado de trabalho (seja no universo da dita economia formal, seja, talvez com mais frequência, na economia “informal”) ou como negociar os “mercados de proteção” (sobretudo nas atividades econômicas na franja do legal e do ilegal).

O caso de Paulo é emblemático sobre a mobilidade de pessoas e produtos realizada por redes e potencializada por TICs: deixou a China pelas mãos de atravessadores, que lhe arrumaram tudo – “vim sem passaporte” – e lhe embarcaram em navio pelo Pacífico com destino a Colômbia. Pagou-lhes 15.000 dólares, que foram redistribuídos aos intermediários deste país e do Brasil, seu destino final. Os riscos corridos por ele foram muitos, e os aprendizados e contatos feitos lhe renderam “frutos” econômicos, pois hoje revende parte de suas “importações” à Colômbia, onde segundo ele não há tanta chegada

de produtos chineses. Nunca mais esteve no país vizinho, e suas relações com os colombianos são todas virtuais; já a sua terra natal, retornos de negócios são constantes.

Ele próprio é um “contato” para os intermediários chineses ou colombianos, que recomendam seu nome – a preços altos ou já incluídos no pagamento inicial da travessia – para chineses que vem na mesma situação. Morando em São Paulo há cinco meses, ele já recebeu dois chineses, um dos quais lhe pagou pelo aluguel da sala até se estabelecer em sua moradia; ambos trabalharam dois meses na loja de Paulo em troca desse acolhimento. Segundo Paulo, eles se sentem gratos pela recepção, mas nenhum deles mantém vínculo cotidiano com ele. Paulo demonstra de forma paradoxal a valoração pelas redes de sua travessia: denuncia os receptores no Brasil pelos abusos monetários cobrados – razão pela qual “comecei a fazer isso”, dizendo que “não exploro” – e diz guardar boas relações com os da Colômbia, que se tornaram seu cliente preferencial.

Com efeito, ao lado de redes mais ou menos sólidas, cuja existência (no sentido de sua continuidade ou manutenção), independente de um ou outro indivíduo isolado, constituindo-se de um emaranhado mais ou menos identificável mesmo por quem não se relaciona com ela; ao lado das redes tem-se ainda tramas de relações mais pessoais que os indivíduos mobilizam a partir de seus contatos. Essas tramas relacionais são menores, mais fugazes, e ligam rapidamente contatos e contatos de contatos com fins a obtenção de algo pontual, seja a decisão de migrar, a chegada de mais produtos, a mudança de fornecedor, o pagamento da proteção, acordos com agentes do Estado, etc. A sociedade em rede é tudo menos fechada, e a noção de uma comunidade de imigrantes por vezes não faz sentido. Trata-se do *Homo apertus*, em oposição ao *Homo clausus* (CALLON, 1986 e 1998), ou como anunciou Bruno Latour, passa-se da noção de rede a de vinculação (2000).

O migrante conectado transforma sua habilidade relacional em competência econômica, usufruindo um “saber circulatório”, das relações interpessoais criadas em sua trajetória e do acesso e conectividade explorados desde suas redes sociais, dota-se da capacidade de estar em um e outro universos e transita com fluidez, o que não significa facilidade, no mercado de trabalho (especialmente no espaço, também fluido, entre legal e ilegal). Com efeito, o mesmo Samuel citado acima trabalhou com comércio – “e, você sabe, todo mundo tem o lado regulamentado e ou não regulamentado, né?” – até que abriu um

restaurante bastante bonito no Bom Retiro. Disse ainda fazer viagens freqüentes ao Paraguai, para ajudar amigos a efetuarem as compras.

Talvez a característica mais óbvia ao se falar dos chineses das galerias paulistanas e aparelhos eletrônicos seja a associação daqueles como comerciantes deste. Mas o consumo de TICs pelos próprios chineses não pode ser negado, sob penas de não se compreender a chegada maciça de produtos *made in China* na região após o aumento do número de chineses. Com efeito, se esse fenômeno não é exclusividade dos chineses das galerias, tampouco deixa de ser uma marca característica sua obsessão por inovações tecnológicas: freqüentes trocas e uso de mais de um aparelho celular, câmeras, computadores, *nextel*, etc. Muitos desses chineses ganham sua renda com a venda desses produtos, pelo que já ganharam fama. Mesmo nas conversas iniciais mais descosidas, os informantes desejam guardar contato. Assim que se lhes conquista a confiança, invariavelmente, pedem o número de seu celular e, não contentes, fazem uma chamada para registrar. De alguns informantes há fotos, por uma razão bastante simples: eles próprios preparam seus aparelhos celulares e pedem pela foto, que depois enviam.

A sociabilidade, através das redes sociais e dos laços pessoais que se criam nos pontos nodais das circulações de indivíduos e produtos, rende certa autonomia conquistada pelos migrantes – um espaço em que apenas eles são capazes de operar. A relativa autonomia dos migrantes sob as novas formas de circulação não é fruto apenas do acesso que as redes sociais ensejam. Na verdade, estas são essenciais enquanto meios de acesso, por exemplo, no “saber circulatório” que alimenta a mobilidade de pessoas, bens e serviços, ou no jogo obscuro do comércio confuso entre ilegal e legal e na “mundialização por baixo” de que nos falam Portes (1999) e Tarrus (2002).

Mundialização por baixo: o lugar do informal

Portes e, depois, Tarrus lançam a hipótese de que a globalização dos fluxos financeiros é acompanhada por outra, a “mundialização por baixo”, mantida por atores da economia “informal”, para além do controle e dos marcos regulatórios estatais. Os migrantes desenvolvem uma série de “saberes” específicos associados à experiência da mobilidade, coleção de “saberes circulatórios” que mobilizam na conquista do capital espacial: saber atravessar fronteiras; saber circular entre diferentes universos; saber aderir a redes de

solidariedade; saber explorar os interstícios de uma institucionalidade que controla os fluxos de população (PERALVA, 2007, p.17).

A partir do momento em que a mobilidade representou a entrada maciça de migrantes irregulares nos países centrais do capitalismo avançado⁷, por caminhos incertos em que também passavam ilegalmente produtos, abriu-se espaço para a redefinição da economia “informal” e o novo lugar do informal: parte complementar, inerente do capitalismo global.

“Entendido no passado como traço característico dos países em desenvolvimento, e como fadado a desaparecer, o mercado de trabalho informal tornou-se uma contingência da vida econômica contemporânea. ‘A economia informal não é um eufemismo para designar a pobreza. Trata-se de uma forma específica de relação de produção, enquanto a pobreza é um atributo da repartição.’ (Portes, Castells and Benton, 1989). Por isso, o estudo das formas migratórias atuais requer uma compreensão dos diferentes tipos de articulação entre formalidade e informalidade e do caráter prioritariamente “sedentário/precário” ou “circulante” de cada uma delas.” (Ibidem, pp. 12-13)

Quanto às fronteiras porosas do “informal” e do “formal”, as pesquisas de Rosana Pinheiro-Machado sobre a rota transnacional de produtos vindos do Delta do Pérola, na China, para o Brasil demonstram a intermitência com que os artigos passam do ilegal ao legal e vice-versa. A “biografia dos produtos chineses”⁸, sugerida pela autora, permite reconstruir a rota China-Paraguai-Brasil, em que atuam migrantes chineses na importação e os sacoleiros brasileiros no contrabando em trabalho de “formiga”. (PINHEIRO-MACHADO, 2008, p. 119) O circuito mostra níveis de (in)formalidade alternados ao longo da cadeia mercantil.

As categorias de informalidade, ilicitude, ilegalidade e imoralidade, tal como a autora propõe, são especialmente importantes para a descrição das atividades econômicas da rota que termina no centro paulistano, desde a produção industrial até a compra para revenda nas galerias. Informalidade se refere às práticas de trabalho e mercado não

⁷ A literatura dos ditos países em desenvolvimento já vinha lidando com o tema do setor “informal” da economia quando o informal adentra os países centrais do capitalismo avançado. No Brasil a pedra de toque foi dada por *Crítica à Razão Dualista*, a partir daquilo que Francisco de Oliveira chamou de trabalho sem forma.

⁸ Pinheiro-Machado se vale dos termos *biografia sociocultural da mercadoria* de Igor Kopytoff e *commodity ecumene* de Arjun Appadurai.

reguladas pelo Estado, ou seja, burlar a agência e o fisco estatal na relação empregatícia ou na venda de produtos sem a nota fiscal e dedução de impostos. Ilicitude é condição criminosa, assim considerada sob um ponto de vista jurídico, como é o caso do contrabando e da “pirataria”, por exemplo. Ambas categorias podem ser consideradas juridicamente ilegais, se desrespeitam a lei que vige num determinado território. Até por isso, podem não ter esse caráter quando atravessada a fronteira do alcance de tal jurisdição nacional. (Ibidem, p. 119) Em qualquer ponto da rota transnacional pode se verificar a coexistência do ilegal com o legal, ou a transformação de um em outro, bem como o caminho oposto.

Em geral, há uma demonização, ou ao menos uma desconfiança, com relação aos mercados informais em geral e à região estudada em particular. Não obstante, as galerias e ruas são movimentadas diariamente por milhares de pessoas que vão às compras: pessoas atrás de pequenas bugigangas ou algum item específico, compradores esporádicos de eletrônicos ou roupas, clientes assíduos de lojas ou boxes, lojistas do interior ou de outro canto da cidade a fim de abastecer seus estoques, revendedores de grandes quantidades de produtos específicos para rincões distantes, não raro fora do país. As teorias econômicas clássica e neoclássica têm algo de correção: não existe oferta sem demanda, e ambas se constituem mutuamente.

O lugar do informal não é central apenas no consumo desses produtos, mas também, na roda virtuosa da atual economia capitalista, na industrialização recente chinesa, cuja pujança coloca o país asiático entre as maiores economias do mundo, já o maior exportador, algo para o qual os próprios sociólogos chineses têm se debruçado (ROULLEAU-BERGER, 2010, p. 59). E não sem o incentivo material (e a leniência moral, a despeito de toda agitação com os efeitos negativos do crescimento chinês) dos fluxos globais de investimento externo.

No caso da região, os consumidores sabem, se não da situação irregular do produto e do serviço, das ilegalidades do bem e do trabalho, pelo menos de sua origem duvidosa. O questionamento não é sobre a legalidade e o cumprimento formal de normas nacionais (brasileiras ou chinesas, estas especialmente no caso de “pirataria”, a falsificação ou cópia não autorizada) ou internacionais. O que se quer no ato da compra, na consumação da transação – seja o varejo ou o atacado – é a solução ótima entre i) preço baixo, ii) qualidade iii) e garantia (esta último particularmente importante para os lojistas e

revendedores, clientes freqüentes de grandes quantidades). A depender do vínculo entre ofertante e demandante, da natureza do produto a consumir e da quantidade requerida, a escolha se dá mais por uma ou outra característica, sempre uma mistura delas.⁹

A questão não é a liminaridade entre formal e informal, legal e ilegal. O que está em jogo, tão bem interpretado por Michel Foucault (1975), é uma espécie de gestão das ilegalidades, níveis tolerados e necessários de “ilegalismos” – que por definição, de modo propositadamente pouco claro, embaralha as fronteiras da (i)legalidade – ao funcionamento normal da economia e política (TELLES, 2009). Mas tudo tende a mercantilização ou comodificação após a “grande transformação” (POLANYI, 1980), e se ainda temos elementos não-mercantis fortemente influenciadores da esfera econômica (GRANOVETTER, 1985; ZELIZER, 1988; Idem, 2005), tampouco por isso deixa de haver ao menos a precificação de algo cuja natureza não seja comercial.

Consumo de proteção e mercadorias políticas

Vicenzo Ruggiero e Nigel South propuseram a mais de uma década que a moderna cidade ocidental fosse tratada como um bazar, invertendo a relação de exotismo e construção do Oriente de que fala Edward Said. A desnaturalização do urbano vinha acompanhada em sua análise do mesmo procedimento diante da racionalidade e legalidade, o mais das vezes associada à moderna cultura ocidental – cuja expressão teórica máxima talvez tenha sido a figura do Estado e a construção ideal típica da dominação racional-legal weberiana.

Os autores, ao tratar do mercado de drogas ilícitas, poderiam ser uma fonte primorosa para a discussão lançada acima sobre a dimensão legal-ilegal, em que pesem as diferenças entre a ilicitude dos mercados de drogas em questão e a informalidade o mais das vezes presente no circuito dos produtos chineses. Mas não é essa importante contribuição de seu artigo que aqui se quer retomar, senão o deslocamento conceitual que operam em torno da noção de negociação.

⁹ Há evidências de que o consumo popular se faz pela lógica do endividamento (SCIRÉ, 2009); é preciso mais pesquisas para perceber a formação da preferência dentre as camadas mais pobres da população que compram na região e a valorização num mercado que exige a compra a vista, em espécie.

Com efeito, a alusão tácita ao trabalho de Geertz (1979), que este próprio autor menciona orbitar ao redor da noção de informação no debate travado pela sociologia e antropologia contra a teoria econômica ortodoxa, e a busca intensiva (em vez de extensiva) por informação nas situações freqüentes de imperfeição de mercado (1978). A situação altamente dependente de ligações pessoais e a valoração da confiança, que na idéia romantizada do bazar árabe se faz pela negociação e desconto (portanto, precificação), está igualmente presente na situação de mercado¹⁰, na qual se faz acompanhar da mercantilização da segurança.

Ligações pessoais, “ligações perigosas” (MISSE, 2006), valoração da confiança, mercantilização da segurança. A metáfora econômica ajuda a explicar os agenciamentos políticos, as relações de poder e a presença ambígua dos agentes do Estado. Ou ainda, “mercadoria política”, “mercado de proteção”. Talvez não se trate de figura de linguagem, mas da precificação do que passa a ser mercadoria pouco trivial e da constituição de um mercado.

Parte dos relatos demonizam a polícia, que lhes cobram mensalmente “pelo ponto”¹¹. Originalmente, os agentes do Estado ali presentes eram os fiscais da prefeitura, depois de 2004¹² a Guarda Civil passou a policiar a região e, em seguida, a também assumir as funções de fiscalização; finalmente, desde novembro de 2009¹³ a Polícia Militar divide espaço e funções com os dois órgãos anteriores (aparentemente, a autoridade militar tende a suprimir os poderes mais fiscalizadores destes últimos, podendo apreender materiais irregulares ou de estabelecimento/ambulantes irregulares). Outra parte, porém, diz que a segurança dos policiais, por mais violenta que possa ser sua forma de cobrança, é a única arma contra a própria competição com chineses e outros lojistas.

Um episódio emblemático foi confidenciado por Carlos, por telefone, um dia após o fechamento da Galeria Pagé por denúncias de venda de produtos falsificados e o recolhimento de grande parte da mercadoria¹⁴. Ele informou ter perdido grande parte de

¹⁰ Vale a pena lembrar, com Michel Callon (1998), que na língua inglesa há uma distinção entre mercado [*market*] e situação de mercado [*marketplace*], que opera no mesmo sentido da distinção entre teoria econômica [*economics*] e os objetos sobre os quais se debruça, a “coisa” ele diz, a economia [*economy*]

¹¹ A maioria dos relatos converge para um valor em torno de R\$ 800,00/batida por estabelecimento.

¹² Lei nº 13.866, de 1º de julho de 2004.

¹³ Com a assinatura do convênio entre Prefeitura Municipal e PM, possibilitado pela lei municipal 14.977, sancionada em setembro pelo prefeito Gilberto Kassab (DEM).

¹⁴ A polícia militar fechou a Galeria Pagé em 10 de dezembro de 2009, às seis da manhã

seus produtos na ocasião, mas que alguns conhecidos seu estavam com a maior parte do “estoque” intacta, o que lhe sugeria que eles tinham acertado com policiais a não tomada dos produtos, ou ao menos que sabia da operação de antemão.

As relações com a polícia mesclam apreço e ódio. Mesmo os que detestam os policiais revelam ter pagado para policiais em determinadas situações que os beneficiava. A propina aparece como o pior dos mundos quando significa o pagamento mensal pelo ponto, mas como o melhor dos mundos nas situações esporádicas de “mercado de proteção”.

A lógica da mobilidade que perpassa o consumo nesse mercado “informal”

Aparentemente, as três modalidades de consumo apresentadas nada guardam em comum. Mas elas têm origens de mesma natureza: são fruto de um novo paradigma de mobilidade. Nos termos de Tarrius, isto significaria maior capacidade que pessoas, produtos, informações, capital, etc., teriam de permear a globalização. Infiltram-se nos fluxos globais. Não por acaso, sua escala e natureza mudam quando o mercado informal, no coração da cidade mais rica da América Latina, se abastece da pujante industrialização chinesa atual. E aí o papel chave dos migrantes. Reflexos do novo paradigma de mobilidade nas esferas social, econômica e política, essas modalidades são manifestações do “saber circulatório” dos comerciantes chineses, sem os quais não se concretiza esse mercado.

A intersecção de dois temas antes tratados separadamente – a migração internacional e a economia “informal” – se insere no debate recente sobre a questão da mobilidade em que muito se inspira esta pesquisa. São as novas condições de mobilidade, em que perpassam também novas tecnologias de informação e comunicação, que “forjam a tessitura de relações que estruturam a vida social, à margem da arquitetura institucional vigente, e redesenham a experiência humana e suas fronteiras aquém ou além dos tempos e dos espaços institucionais” (PERALVA & TELLES, 2007). Assim, tanto o lugar da migração internacional como aquele do informal aparecem redefinidos (e interpenetrados) porque escapam transversalmente aos modos de apreensão clássicos; são também através dessas novas formas de mobilidade que se tecem tramas de relações sociais que movem o comércio popular de São Paulo, em que abundam indivíduos e produtos chineses.

Tratar a questão das mobilidades e novas formas de circulação supõe lidar com espaços, escalas, mediações e conexões diferentes. A mobilidade se inscreve em um plano de referência que redefine o modo de construção dos objetos e questões de pesquisa (DIMINESCU, 2002). É uma noção que mobiliza um espaço conceitual lançando mão de termos tais como redes, trilhas e circuitos, circunscrevendo um modo de “descrever-problematizar o mundo social” que, a rigor, desativa as binaridades que definiam os termos clássicos da discussão social (inclusão e exclusão, assimilação e segregação, migração e sedentarismo, etc.) (PERALVA & TELLES, 2007).

A China representa ainda um enigma dentro dos fenômenos globais: atrai enorme quantidade de investimento externo direto, conta com filiais das grandes marcas internacionais, industrializa-se rapidamente e torna-se o maior exportador mundial. Ainda participa de fóruns políticos no sistema internacional, aumenta sua projeção política e amplia suas manobras de política externa depois de anos de fechamento. Os chineses, que antes não tinham permissão para migrar do campo à cidade (ROULLEAU-BERGER, 2010, p. 56), agora compõem uma diáspora que ocupa cidades em todos os cantos do mundo, quase sempre envolvida com comércio de *made in China*. Na misteriosa “globalização”, a China lança vários desafios quase indecifráveis.

O que está em jogo é de outra natureza e outra escala. Quando havia pouco chineses na região da 25 de março, e ela já era um atrativo centro comercial, eram sacoleiros brasileiros ou outros nacionais que iam buscar em escalas menores do que o fluxo comercial atual os produtos no Paraguai. Agora, as câmaras de comércio agitam feiras para as cidades-vitrines que são centros de exposição e exportação, contêineres são fechados com produtos e vem pelos portos brasileiros, o volume de exportações chinesas para o mundo aumentou sem paralelo na história recente¹⁵. Não se trata mais de brasileiros fazendo chegar produtos chineses, ou de sírio-libaneses ou equatorianos vendendo produtos típicos de seus países: agora são chineses que se espalham pelo globo com vocação para fazer chegar parte dos frutos da pujante industrialização chinesa.

¹⁵ O Brasil foi em 2009 o sexto maior importador dos produtos de Yiwu, a cidade campeã de exportações da China, atrás de Estados Unidos, Emirados Árabes Unidos, Espanha, Alemanha e Rússia (PLIEZ, 2010, p. 135). Essa classificação revela mais sobre a mundialização por baixo, enquanto o ilegal segue sendo visto como parte necessária e tolerada e o formal não sobrevive sem o informal: a importação de produtos para os Emirados Árabes supera a capacidade de compra do mercado local, sugerindo que parte desses produtos escoam ilegalmente do país. Tarrus faz uma interpretação parecida tendo visitado os mercados “informais” de Dubai e o fluxo de produtos, terminando por afirmar que entramos num capitalismo globalizado a ponto de surgir um “*projet d’une mondialisation sauvage, puisque ultra-libéral*”. (2007, p.10)

É de outra natureza porque os chineses parecem representar empiricamente algo mais próximo da descrição abstrata do paradigma teórico de mobilidade que aqui se alude. Não se trata de aplicar uma teoria ao caso empírico, mas de interpretar através de uma teoria embasada [*grounded theory*] (CALLON, 1998); de responder às demandas de uma teoria etnográfica (MOORE, 1999; GOLDMAN, 2006). A cultura de mobilidade, que não existia desse modo há pouco tempo mesmo dentre os chineses, certamente não chega a todos os grupos migrantes com a mesma força, mas parece fazer parte do cotidiano dos chineses das galerias de São Paulo. Completamente aficionados por novas tecnologias, com trajetórias errantes e alta circularidade, os chineses parecem ultrapassar também sem problemas as fronteiras do legal e do ilegal, de modo a articularem a mundialização por baixo numa escala sem precedentes.

Uso de artefatos tecnológicos, venda e compra de produtos chineses, consumo de mercadorias políticas: num certo sentido, nada guardam entre si. Vistos sob a ótica do transnacionalismo difuso e de um paradigma de mobilidade, eles são as respostas específicas à arte dos contornamentos pontais (se bem nem sempre pequenos) da dinâmica de circulação de produtos e pessoas que retransforma a economia atual.

Bibliografia

BENTON, Lauren; CASTELLS, Manuel & PORTES, Alejandro (dir.). The Informal Economy. Studies in Advanced and Less Developed Countries. Baltimore and London: The John Hopkins Press Ltd., 1989.

CALLON, Michel. "The Sociology of an actor-network". In: CALLON, M., LAW, J. and RIP, A. (ed.) Mapping the dynamics of science and technology.. London, Macmillan, 1986.

_____. "The Embeddedness of economic markets in economy". In: CALLON, M (Ed.). The Laws of the markets. Oxford: Blackwell Publishers, 1998, pp. 1-57.

CASTELLS, Manuel. The rise of the network society. Oxford, Blackwell, 1996.

DAS, Veena; POOLE , Deborah. Anthropology in the margins of the State. Santa Fé: School of American Research Press, 2004.

DIMINESCU, Dana. « Les migrations à l'âge des nouvelles technologies ? » Hommes et migrations n°1240, novembre/décembre, 2002 : pp. 66-79.

_____. « Le Migrant Connecté : Pour un Manifeste Épistémologique. »
In : Migrations/Société, vol. 17, n. 102, 2007: pp. 275-292. (www.ticmmsh-paris.fr)

GEERTZ, Clifford. "The Bazaar Economy: Information and Search in Peasant Marketing".
Supplement to the American Economic Review 68 (May 1978) pp. 28-32.

_____. "Suq: The bazaar economy in Sefrou". In: ROSEN, Lawrence et al.,
(Eds.) *Meaning and Order in contemporary Morocco: Three essays in cultural analysis*.
Cambridge, Cambridge University Press, 1979.

GOLDMAN, Márcio. "Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica". In:
Etnográfica, vol. 10, n. 01, 2006.

GRANOVETTER, Mark. "Economic action and social structure : The problem of
embeddedness." In : *American Journal of Sociology*, vol. 91, n. 03, 1985, pp.481-510.

JYE, Chen & SHYU, David Yuan. Os imigrantes chineses no Brasil e sua língua. 2006,
mimeo.

LATOUR, Bruno. « Une sociologie sans objet? Note théorique sur l'interobjectivité ». *Sociologie du travail*, 1994, pp. 587-607. (<http://www.ensmp.fr/~latour>)

_____. « Fatura de la notion de réseaux à celle d'attachement ». In: MICOUD,
André et PERONI, Michel. *Ce que nous relie*. Editions de l'Aube, La Tour d'Aigues, 2000,
pp.189-208.

LEITE, José Roberto Teixeira. *A China no Brasil: influências, marcas, ecos e sobrevivências chinesas na sociedade e na arte brasileiras*. Campinas, Editora da Unicamp, 1999.

MARCUS, George. "Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-sited
Ethnography". In: *Annual Review of Anthropology*, 24, 1995: pp. 95-117.

_____. « Au-delà de Malinowskiet après writing culture : à propos du futur de
l'anthropologie culturelle et du malaise de l'ethnographie ». In : *ethnographiques.org*, n.
01, avril 2002. (<http://www.ethnographiques.org/2002/Marcus.html>)

MISSE, Michel. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime. *Revista Estudos Avançados da USP*, 2007, vol. 21, no. 61, pp. 139-158.

MOORE, Henrietta. "Anthropological theory at the turn of the century". In: MOORE,
Henrietta (ed.). *Anthropological theory today*. Cambridge, Polity Press, 1999.

- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista*. São Paulo, Boitempo, 2003.
- PERALVA, Angelina. "Globalização, Migrações Internacionais e Identidades Nacionais". São Paulo/Santiago, iFHC/CIEPLAN, 2007 (www.plataformademocratica.org)
- PERALVA, Angelina & TELLES, Vera. *Trajetórias, circuitos e redes na mundialização*. Projeto Capes-Cofecub n. 575-07, Fase II, 2008 .
- PLIEZ, Olivier. « Des Jeans Chinois Dans les Rues du Caire, ou Les Espaces Discrets de la Mondialisation », *M@ppemonde*, vol. 88, n. 04, 2007 (www.mappemonde.mgm.fr)
- _____. « Toutes les routes de la soie mènent à Yiwu (Chine) ». *L'espace géographique*, vol.2, 2010, pp. 131-144.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. "China-Paraguai-Brasil: Uma Rota Para Pensar a Economia Informal". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.23, n.67, 2008: pp. 117-133.
- _____. *Made in China: Produção e circulação de mercadorias no circuito China-Paraguai-Brasil*. Porto Alegre, tese de doutorado, UFRGS, 2009.
- POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: As origens de nossa época*. 3.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- PORTES, Alejandro. "The Informal Economy and Its Paradoxes". In SMELSER, J.N.,SWEDBERG, R. *The Handbook of Economic Sociology*. Princeton: Princeton University Press, 1994.
- _____.(ed.) *The Economic Sociology of Immigration*, New York : Russel Sage, 1995.
- _____. « La mondialisation par le bas. L'émergence des communautés transnationales ». *Actes de la recherche en sciences sociales*, n° 129, 1999 : pp. 15- 25.
- ROULLEAU-BERGER, Laurence (ed.). *Nouvelles migrations chinoises et travail en Europe*. Toulouse, Presses Universitaires du Mirail, 2007.
- _____. "Issues of Chinese economic sociology". *Economic Sociology - The European electronic newsletter*, v. 11, p. 54-65, 2010.

RUGGIERO, Vincenzo & SOUTH, Nigel. "The late modern city as a bazaar: drug markets, illegal enterprise and the 'barricades' ". In: *The British Journal of sociology*, vol. 48, n. 01, 1997, pp. 54-70.

SASSEN, Saskia. *As cidades na economia mundial*. São Paulo, Studio Nobel, 1998.

_____. *Globalization and its discontents: Essays in the new mobility of people and money*. New York, New Press, 1999.

_____. "Regulating Immigration in a global age: a new policy landscape". In: *Parallax*, vol. 11, no. 1, 2005, pp. 35–45.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração: Ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo, Edusp, 1998.

TARRIUS, Alain. *Arabes de France: Dans l'Économie Mondiale Souterraine*. Toulouse, Éditions de l'Aube, 1995.

_____. *Les nouveaux cosmopolitismes : Mobilités, identités, territoires*. Toulouse, Éditions de l'Aube, 2000.

_____. *La mondialisation par le bas*. Paris, Balland, 2002.

TELLES, Vera. "Illegalismos urbanos e a cidade". In: *Novos Estudos*, n. 84, 2009, pp. 142-173.

THOMAS, William & ZNANIECKI, Florian. *The polish peasant in Europe and America*. Chicago/Boston, University of Chicago Press/Badger, 1918.

VERAS, Daniel. "A imigração chinesa em São Paulo: importante ponto de contato entre Brasil e China". In: PAULINO, Luis & PIRES, Marcos (org.). *Nós e a China*. São Paulo, LCTE Editora, 2009.

WHYTE, William F. *Sociedade da Esquina: A Estrutura Social de uma Área Urbana Pobre e Degradada*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar

ZELIZER, Viviana. "Beyond the Polemics of the Market: Establishing a Theoretical and Empirical Agenda". *Sociological Forum* 3 (1988): 614-34.

_____. "Culture and Consumption," in *Handbook of Economic Sociology*, second edition, edited by Neil Smelser e Richard Swedberg. Princeton, N.J.: Princeton University Press e New York: Russell Sage Foundation, 2005, pp. 331-54.